

Os Museus precisam mais das pessoas do que as pessoas dos museus - Acessibilidade para quem?



Viviane Panelli Sarraf 

“Os homens esqueceram dessa verdade, disse a raposa. Mas tu não debes esquecer. Tu te tornas eternamente responsável por aquilo que cativas. Tu és responsável pela rosa...” (Antoine de Saint-Exupéry – O Pequeno Príncipe, 1943)

Os Museus precisam mais das pessoas do que as pessoas dos museus. Qual sentido de um museu, se a sua comunidade, os seus visitantes não se identificam com ele. Qual o sentido de existência de um museu que não trabalha para aproximar e cativar as pessoas que ainda não o conhecem?

Nesse sentido os profissionais dos museus, independente de sua função e formação precisam compreender e assumir uma postura de agente social, como afirmava Waldisa Russio, isso significa que os colaboradores devem mover todos os esforços para garantir a formação e a fidelização de seus públicos e pelo engajamento da comunidade, uma vez que a razão de sua existência é o relacionamento com as pessoas. Não apenas seu público, mas sobretudo o seu não-público.

E não adianta aproximar as pessoas e envolve-las sem comprometimento por conta de tendências ou atendimentos de novas demandas e depois abandoná-las para correr atrás de um novo modismo. Cativar pessoas envolve respeito, responsabilidades e garantia de direitos culturais constituídos.

Além de uma convicção o acesso ao patrimônio cultural preservado pelos museus é um direito do cidadão. Segundo a Declaração Internacional dos Direitos Humanos de 1948 “Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios”. Isso significa que todos os indivíduos, independente de sua origem, classe social, experiência prévia, condição congênita, aquisição de deficiência ou quaisquer outros fatores socioeconômicos que os identifiquem como minorias, têm o direito de usufruir e principalmente participar da preservação do patrimônio cultural. Nesse sentido, promover a acessibilidade nos espaços culturais para pessoas com deficiência e novos públicos e propiciar a eles o protagonismo é trabalhar pela garantia do direito de participação de todo indivíduo na vida cultural da comunidade.

As instituições também precisam compreender que não se trata mais de simplesmente desenvolver projetos de atendimento a pessoas com deficiência e neurodiversidades [1] para cumprir a legislação vigente e para garantir o cumprimento de diretrizes das leis de incentivo a cultura e editais de fomento. É necessário vislumbrar que a norma é a diversidade - o que é um visitante "normal" se o que caracteriza a sociedade é a diversidade - as diferenças - singularidades.

As adequações promovidas pelo conceito de acessibilidade universal não são necessidades exclusivas das pessoas com deficiência física, visual, auditiva, múltipla e intelectual; pelo contrário, a maioria dos resultados das adequações acessíveis nas diversas esferas dos ambientes, produtos e serviços dos museus traz benefícios para toda a comunidade. Um exemplo bastante evidente é a substituição de degraus por rampas em ambientes com desnível – essa solução, além de tornar o espaço acessível para as pessoas em cadeiras de rodas, facilita a locomoção de pessoas idosas ou com mobilidade reduzida, adultos com carrinhos de bebê e pessoas com carrinhos de compra ou de transporte de materiais, por exemplo.

Mais do que desenvolver uma política de acessibilidade para pessoas com deficiência cumprindo a legislação vigente e atendendo a obrigatoriedade da rubrica de contrapartida de recursos de acessibilidade presente nas leis de incentivo a cultura federais, estaduais e municipais, os museus precisam compreender que na atualidade, as pessoas com deficiência, neurodiversidades, singularidades estão integradas em todos os "perfis de público" e movimentos sociais contemporâneos como os coletivos feministas, movimento negro, LGBT, Queer [2] entre outros.

É notório que, nesse momento, existe uma sensibilidade por parte de gestores, profissionais, artistas, produtores e curadores em relação à necessidade de oferecer recursos mínimos de acessibilidade às pessoas com deficiência em produções culturais. Mesmo os profissionais que não tiveram oportunidades de participar de projetos culturais acessíveis têm mostrado posturas mais abertas e positivas e para escutar, aprender, observar e propor soluções acessíveis que, em muitos casos, mostram resultados positivos.

Entretanto, ainda carecemos de políticas públicas que viabilizem ações de formação, acesso à informação, incentivo financeiro e divulgação, a fim de que profissionais e gestores de órgãos públicos e privados tenham oportunidades e adquiram conhecimento suficiente para desenvolver projetos culturais acessíveis.

As políticas institucionais também devem ser desenvolvidas e regulamentadas para que não ocorra nenhum retrocesso ou paralisação das ações de acessibilidade existentes nos museus e espaços culturais, mesmo com o enfrentamento de crises financeiras e políticas.

O protagonismo de pessoas com deficiência e de representantes de novos públicos em projetos participativos resulta na mudança nas linguagens e nos modelos tradicionais de produção cultural, possibilitando o conhecimento e o diálogo com as necessidades e anseios desses indivíduos por meio da aproximação com novas realidades e formas de estar no mundo, possibilitando a criação propostas inovadoras.

A criação de projetos participativos em ações de preservação e difusão nos museus e espaços culturais nasce da necessidade de criar vínculos de pertencimento com públicos diversos, com o objetivo de cativa-los e promover a criação de sentidos para o patrimônio cultural em seu desenvolvimento cultural e humano.

É uma nova postura, que investe nos benefícios de compartilhar o poder de decisão sobre o que é patrimônio e como apresentá-lo aos seus pares, levando em consideração os conhecimentos de diferentes vozes.

Segundo Hugues de Varine, 2012: “O desenvolvimento não pode se fazer sem a participação efetiva, ativa e consciente, da comunidade que detém esse patrimônio.

Levando em consideração as constatações aqui apresentadas podemos afirmar que o tema do Dia Internacional dos Museus lançado a reflexão pelo ICOM no presente ano de 2019 – “Museus como núcleos culturais: o futuro da tradição” - nos faz refletir sobre como os museus podem conduzir suas ações tendo como referência a conduta original dos primeiros centros culturais criados na Europa na década de 1960. Esses espaços se diferenciavam em estrutura e ação cultural dos antigos museus, propondo novas formas de preservação e extroversão do patrimônio e com uma postura de atuação mais dinâmica e participativa, centrada no pertencimento e criação de múltiplos sentidos para a comunidade, visando estabelecer relacionamentos democráticos com as populações estudantil e operária, atendendo, assim, aos anseios da Revolução Cultural.

Desde o início do século XXI as políticas culturais, as instituições e os movimentos sociais vêm aproximando novos públicos, como as pessoas com deficiência, grupos e coletivos militantes, dos museus, por meio de ações educativas e culturais acessíveis. O protagonismo dos indivíduos que representam esses novos públicos em projetos participativos e acessíveis atualiza as instituições no entendimento de suas necessidades e anseios. Só é possível conhecer verdadeiramente uma nova demanda social por meio da aproximação e da convivência com seus representantes para possibilitar a escuta e o compartilhamento de experiências e novos conhecimentos.

Parafraseando o tema do Dia Internacional dos Museus podemos afirmar que a cadeia de preservação e difusão do patrimônio cultural protagonizada por indivíduos representantes dos novos públicos tem como resultado a transformação dos museus em núcleos culturais que representem de fato o futuro da tradição e que resultem no mínimo em museus mais acessíveis para todos os visitantes.

A Ciência Museologia do futuro, ou as Ciências Museológicas, num futuro próximo serão, talvez, de domínio coletivo e uma verdadeira prática social. Talvez o mundo mesmo será visto como o grande museu da Humanidade e os museus ditos tradicionais terão um papel socialmente reconhecido, mais de proteção que de apropriação e expropriação de bens culturais. (RUSSIO, 1989)

[1] Neurodiversidade: é um conceito segundo o qual diferenças neurológicas devem ser reconhecidas e respeitadas como qualquer outra variação humana. Essas diferenças podem incluir dispraxia, dislexia, transtorno do déficit de atenção e hiperatividade, discalculia, espectro do autismo, síndrome de Tourette e outros rótulos.

Fonte: <https://autismoemtraducao.com/neurodiversidade/>

[2] Queer pode ser usado para representar pessoas gays, lésbicas, bissexuais e trans. Passou a denominar grupo de pessoas dispostas a romper com a heteronormatividade e homofobia.

Fonte: <https://www.queerfeed.com.br/mas-o-que-significa-queer-e-teoria-queer/>

Referências

- DE SAINT-EXUPÉRY, Antoine. *O Pequeno Príncipe*. Trad. de Dom Marcos Barbosa. 16a ed. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1973.
- DE VARINE, Hugues. *As raízes do futuro o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Trad. de Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012.
- INSTITUTO DE MUSEOLOGIA DE SÃO PAULO. *Jornal do Instituto de Museologia de São Paulo - Edição em Homenagem a Waldisa Rússia Camargo Guarnieri*. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política, 1991.
- ICOM INTERNATIONAL MUSEUM DAY, 2019. Disponível em: <http://imd.icom.museum/international-museum-day-2019/museums-as-cultural-hubs-the-future-of-tradition/>
- RUSSIO, Waldisa. *Museologie et Futurologie: esquisse d'idées (Une fable impie pour l'edification des fideles)*, 1989 in: ICOFOM ISS - 16 *Forecasting - a museological tool? Museology and Futurology*. ICOFOM-ICOM, 1989.
- SARRAF, Viviane Panelli. *Acessibilidade em Museus e Espaços Culturais: mediação e comunicação sensorial*. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2015